



Canguçu, 03 de agosto de 2021

Nilson Nornberg

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo

Encaminhamento de proposta de texto de lei

Vimos por meio deste encaminhar conforme tratado na reunião do grupo técnico do Plano diretor, realizada no dia 28 de julho de 2021, a proposta de texto de Lei do conselho do Plano Diretor participativo de Canguçu, para sua validação e finalização.

Assim, em nada mais havendo, elevo votos de estima e consideração e me coloca à disposição para eventuais dúvidas e informações, através do telefone (53) 984412575 e do e-mail sandrasoaresdomingues@gmail.com.

Alexsandra Soares Domingues
Agente de articulação

PROPOSTA DE TEXTO DE LEI PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CANGUÇU – RS

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal do Plano Diretor no Município de Canguçu, como órgão de cooperação governamental, consultivo e deliberativo, com a finalidade de auxiliar a administração Municipal na orientação, planejamento, integração e julgamento de matéria de sua competência.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Plano Diretor fica vinculado à estrutura xxx

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Plano Diretor:

I - propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano; em especial relativos ao Plano Diretor e legislação a ele complementar;

II - acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, de saneamento ambiental, de transportes e de mobilidade urbana, zoneamento urbano, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III - propor a edição de normas municipais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação municipal pertinente;

IV - promover a cooperação entre os órgãos envolvidos com o desenvolvimento do Município e a sociedade civil na formação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

V - estimular ações que visem a propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações.

VI - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo

VII - auxiliar na revisão do Plano Diretor do Município de Canguçu, bem como acompanhar sua execução continuamente;

VIII - interpretar a legislação correspondente, nos casos omissos e os de dúvida de interpretação;

IX - aprovar seu Regimento Interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Art. 3º O Conselho Municipal do Plano Diretor será composto por 14 (quatorze) cadeiras com membros titulares, e seus respectivos suplentes, escolhidos da seguinte forma:

§ 1º 07 (sete) cadeiras governamentais:

- I. 1 (uma) cadeira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo
- II. 1 (uma) cadeira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo
- III. 1 (uma) cadeira da Secretaria Municipal de Obras
- IV. 1 (uma) cadeira da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas
- V. 1 (uma) cadeira para da Secretaria Municipal de Administração
- VI. 1 (uma) cadeira para da Secretaria Municipal de Finanças
- VII. 1 (uma) cadeira para a Secretaria de Educação e Esportes

§ 2º 07 (sete) cadeiras de entidades não governamentais:

- I** - 1 (uma) cadeira do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Canguçu;
- II** - 1 (uma) cadeira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- III** - 1 (uma) cadeira do Núcleo de Arquitetos e Engenheiros da Associação do Comércio, da Indústria,



dos Serviços e da Agropecuária de Canguçu - ACICAN;

IV - 1 (uma) cadeira da Associação do Comércio, da Indústria, dos Serviços e da Agropecuária de Canguçu - ACICAN;

V - 1 (uma) cadeira da OAB de Canguçu;

VI - 1 (uma) cadeira do Rotary de Canguçu;

VII - 1 (uma) cadeira da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL.

§ 3º Para cada conselheiro titular será escolhido, simultaneamente, um suplente, observados o mesmo procedimento e exigências.

§ 4º Será considerada como existente, para fins de participação no Conselho, a entidade regularmente organizada.

§ 5º Os representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Prefeito, dentre servidores com poderes de decisão no âmbito respectivo de cada uma.

§ 6º A nomeação dos conselheiros será formalizada através de Decreto.

Art. 4º O Conselho será assessorado, além dos representantes, citados no art. 3º, quando necessário, por assessores técnicos, jurídicos e econômicos, e por funcionários municipais, indicados pelo Prefeito, que formarão um Grupo Técnico com a supervisão de técnico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo.

Art. 5º O Conselho Municipal do Plano Diretor reger-se-á pelas seguintes disposições no que refere a seus membros:

I - O exercício da função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante;

II - Os membros do Conselho poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

III - Os membros do Conselho deverão ser substituídos pela própria entidade que os indicou, caso faltarem, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) reuniões intercaladas no período de um ano;

IV - O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única recondução subsequente.

Parágrafo único. Demais disposições no que refere à organização e o funcionamento do Conselho Municipal do Plano Diretor serão disciplinados no Regimento Interno.

Art. 6º O Conselho Municipal do Plano Diretor, no prazo de 30 (trinta) dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A nomeação e a posse do primeiro Conselho Municipal do Plano Diretor dar-se-á na presença do prefeito.

Art. 7º A posse dos membros do Conselho Municipal do Plano Diretor deverá se dar no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.